



O GERMINAL

Boletim da Oposição Estudantil C.C.I.

www.oposicaooci.blogspot.com

oposicaooci@yahoo.com.br



Nº 26 - Junho de 2012.

DUAS CONCEPÇÕES DO MOVIMENTO GREVISTA: *a ação direta e o imobilismo parlamentar*



1 – A UNIDADE QUE FORTALECERÁ A ATUAL GREVE NAS FEDERAIS NÃO SERÁ COM OS SETORES GOVERNISTAS DO MOVIMENTO

A magnitude do atual movimento de Greve Geral na educação superior pública no Brasil, iniciada 17 de maio pelo movimento docente e pelo seu sindicato, o ANDES-SN, tem sido capaz de levar a uma aparente unidade entre as forças políticas atuantes no movimento estudantil. De fato, até mesmo a ultra-governista UNE retoricamente diz se posicionar de acordo com as pautas da Greve, sendo a primeira vez, em muitos anos, a dizer-se de acordo com um movimento que se opõe ao Governo Federal. Tal suposta unidade, no entanto, tem sido sistematicamente utilizada pelos setores governistas de modo a esconder a natureza e a causa da atual Greve, e assim coibir sua radicalização e o enfrentamento direto aos programas educacionais do governo. É-nos dito que os problemas que levaram à greve devem-se a questões técnicas-administrativas secundárias e que elas não refletem algo mais estrutural, que não seriam inerentes ao projeto educacional em curso desde a implementação do REUNI (carro chefe da Reforma Universitária). Caberia ao movimento grevista se resumir a propor mudanças cosméticas que melhorariam a eficiência da política atual que ao mesmo tempo resolveriam problemas

específicos de sua implementação.

Esta visão governista busca obscuramente colocar rédeas em um movimento que cresceu por fora das atuais estruturas sindicais e estudantis sob o comando do Governo (UNE, CUT, CTB). Sabendo que a radicalidade da Greve pode pôr em cheque políticas centrais que o governo pretende implementar, tal como o novo Plano Nacional da Educação (PNE), é do seu interesse que a greve seja findada o mais rápido possível, sem que para isso a pauta da Greve seja integralmente atendida. No movimento, caberiam às forças ligadas ao PT e UJS conduzir a Greve e reduzi-la ao economicismo (isto é, à sua despolitização que resumiria tudo a uma mera questão salarial) e garantir que o Governo não seja demasiadamente desgastado. Tendo em vista esse fim, é importante que os estudantes e trabalhadores da educação tenham em mente as motivações escusas de tais setores e o modo como eles se diferenciam dos setores mais combativos. Não é, portanto, o mero apoio formal à Greve algo muito esclarecedor sobre as possibilidades políticas em aberto. Para isso, precisamos de um critério de avaliação correto das diferenças dentro do movimento grevista. Caso contrário, estaremos entrando em uma unidade sem conteúdo e em um movimento empobrecido politicamente.

2 – Duas vias para a Greve

Podemos refletir sobre a Greve de dois modos, interligados entre si: a da concepção do que é o movimento grevista, e as razões de sua existência. Por conta do breve resumo acima, vamos nos prender a questão do método. O pano de fundo da política educacional e econômica do Governo já foi brevemente discutido no **Comunicado Nacional da RECC nº10 “A GREVE NAS FEDERAIS E OS BASTIDORES DO GOVERNO: arrocho salarial, precarização e privatização do ensino no Brasil”**. Para as forças do movimento estudantil e sindical que estão no controle das entidades burocráticas tradicionais (CUT, UNE, CTB), o sentido de uma greve se resume a uma questão de "conscientização da sociedade"; isto é, ao pararem suas atividades, professores, funcionários e estudantes devem buscar transmitir ao máximo de pessoas possível suas reivindicações e tentar persuadi-las que a pauta de sua Greve é justa. Conscientizando a população, a Greve poderia também convencer parlamentares a defenderem a Greve e, assim, haveria um "instrumento de pressão" que levaria o Governo a atender as reivindicações. Nesse caso, o máximo de preocupação que a Greve geraria aos ministros e às atuais estruturas de poder seria o desgaste (quase midiático) de não atender uma reivindicação que o conjunto da sociedade considera justo. Como resultado, o confronto direto entre os trabalhadores e estudantes contra a política governista estaria diluída, secundarizada. Isto, é claro, tendo em vista que uma Greve docente não impõe diretamente um obstáculo ao funcionamento normal dos órgãos públicos e ao aparelho de Estado. Para tal via, portanto, a Greve estaria sempre à mercê de parlamentares, sendo estes os responsáveis por exercer pressão e não mais os trabalhadores.

Por outro lado, nós da RECC defendemos que o único modo pelo qual os trabalhadores da educação e os estudantes podem se tornar agentes ativos do processo de mudança de sua realidade não é apenas “decretando uma greve” – passo necessário, mas não suficiente para que as pautas sejam atendidas. Para superar o modelo do “grevismo” descrito acima, é necessário que se criem instrumentos de pressão concretos que favoreçam a correlação de forças a favor do movimento Grevista. Isso, no entanto, não pode ser obtido delegando-se a outros sujeitos que não os próprios trabalhadores-estudantes a proeminência das suas lutas. Somente quando criarmos instrumentos que imponham dificuldade ao Governo, como ocupações de ministério ou paralisações de órgãos essenciais etc., é que teremos mecanismos efetivos de exigir que nossa pauta seja atendida; são nesses casos de enfretamento da categoria com o governo que os trabalhadores exercem a Ação Direta, entendido como a não mediação dos conflitos por forças que não sejam oriundas do próprio movimento – distinto do caso citado

acima da dependência aos parlamentares. Para isso, no entanto, precisamos ter clareza que há um confronto entre o Governo e movimento grevista, e para que saíamos vitoriosos, precisamos impor o atendimento de nossas pautas, a despeito da vontade minoritária dos agentes do governo. Quando os canais de comunicação se esvaziam e o governo não se mostra disposto a atender nossa pauta, precisamos ser consequentes com nossa luta e criar instrumentos de pressão que sejam efetivos e justos. Essa é a via de luta que defendemos.

3 – O CAMINHO DO CONFLITO DEVE SER EXERCITADO

Como exemplo, podemos citar o ato no MEC no dia 05/06, quando um confronto entre policiais e estudantes acabou por gerar violência e o apedrejamento de parte do prédio do ministério. Ao tentar ocupar o ministério e criar um mecanismo de pressão que rompesse com o "grevismo", os manifestantes foram dura e covardemente atacados pela polícia e, como reação, atacaram também o prédio e os



Ato dia 28/05 em frente ao MPOG, dia em que o Governo desmarcou sem nenhuma justificativa uma primeira reunião com a ANDES-SN durante a Greve.

policiais. Por mais que a mídia burguesa tente criminalizar os estudantes, precisamos aceitar que o confronto com a polícia foi uma consequência da violência policial e da intransigência do Governo exercida para conter a manifestação de entrar em órgão público e que, de modo justo, os estudantes presentem buscaram sua autodefesa ao usar da violência para pressionar o governo; se abdicarmos

completamente de uma ocupação, por exemplo, estaremos de mãos atadas para pressionar o governo. Vale lembrar também que mesmo uma ocupação pacífica já envolve em si mesmo um certo grau de violência – uma vez que pretende impor ao Governo uma situação que este não estaria disposto a aceitar. Na natureza dos poderes existentes, a resistência popular sempre acarreta alguma forma de violência, mesmo que seja da autodefesa em relação à violência primordial do Estado. É contra a violenta política educacional e econômica de depreciação das condições de trabalho e de estudo movida pelo Governo que devemos direcionar nossas críticas mais severas, pois que esta é a violência anterior que motiva nossas ações reativas, que são justas e legítimas.

Precisamos ser consequentes com nossa luta. O objetivo é que as reivindicações sejam integralmente atendidas pelo Governo, que possui as condições políticas e econômicas de fazê-lo; no entanto o Governo vem demonstrando que não as aceitará de bom grado, por isso precisamos de um movimento que seja capaz de romper com o “grevismo” e as meras táticas de "conscientização" – que devem ser combinadas com táticas de combate. Precisamos saber que, na ausência de instrumentos de contra-poder, estaremos à mercê da boa vontade do Governo para que tenhamos vitória. E, por fim, para termos tais instrumentos, precisamos entrar em algum grau de conflito com os poderes estabelecidos. Quando isto ocorre, chegamos ao ponto de não mais temer a postura consequente nas nossas lutas.

UNA-SE À CCI! PELA REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL COMBATIVO!